



Impressões analíticas a partir de uma experiência como participante de um curso realizado sobre a centralidade dos territórios camponeses

Paulo Lucas Cândido de Farias

RESUMO

Durante o período de pandemia da COVID-19, foi realizado a disciplina de Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial, fornecido pelo PPGE (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em parceria com a UFMA (Universidade Federal do Maranhão). O presente trabalho tem como objetivo documentar de maneira consistente os principais pontos elencados em cada dia da disciplina, a partir de uma perspectiva que permeia o melhor aproveitamento de olhares dos convidados em seus *locus* de vida e de produção do espaço, através de suas realidades vividas a partir dos territórios camponeses. Dessa maneira, o procedimento metodológico se deu a partir das observações dos participantes. Isso resultou em anotações com aproveitamentos à luz dos conhecimentos tradicionais e suas formas de resistência, sendo fonte de saberes para pesquisas de cunho etnogeomorfológicos. Assim, conclui-se que a luta da questão agrária das comunidades tradicionais é, em suma, uma luta em prol do meio ambiente.

Palavras-chave: questão agrária; resistência; comunidades tradicionais.

ANALYTICAL IMPRESSIONS FROM AN EXPERIENCE AS A PARTICIPANT OF A COURSE ABOUT THE CENTRALITY OF PEASANT TERRITORIES

ABSTRACT

During the pandemic period of COVID-19, the discipline of Peasant Family Farming and Territorial Planning was held, provided by the PPGE (Graduate Program in Geography) of UFPE (Federal University of Pernambuco), in partnership with UFMA (Federal University of Maranhão). The present work aims at documenting in a consistent manner the main points listed on each day of the course, from a perspective that permeates the best use of the guest's eyes in their locus of life and production of space, through their lived realities from the peasant territories. In this way, the methodological procedure was based on the participants' observations. This resulted in notes with uses in the light of traditional knowledge and its forms

of resistance, being a source of knowledge for ethnogeomorphological research. Thus, we conclude that the struggle of the traditional communities' agrarian issue is, in short, a struggle on behalf of the environment.

Keywords: agrarian question; resistance; traditional communities.

IMPRESIONES ANALÍTICAS DE UNA EXPERIENCIA COMO PARTICIPANTE EN UN CURSO SOBRE LA CENTRALIDAD DE LOS TERRITORIOS CAMPESINOS

RESUMEN

Durante el período pandémico del COVID-19, se realizó el curso sobre Agricultura Familiar Campesina y Planificación Territorial, impartido por el PPGeo (Programa de Posgrado en Geografía) de la UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), en colaboración con la UFMA (Universidade Federal de Maranhão). El presente trabajo pretende documentar de manera consistente los principales puntos enumerados en cada día del curso, desde una perspectiva que permea el mejor uso de las miradas de los invitados en su locus de vida y producción del espacio, a través de sus realidades vividas desde los territorios campesinos. Así, el procedimiento metodológico se basó en las observaciones de los participantes. Esto dio lugar a notas con usos a la luz del conocimiento tradicional y sus formas de resistencia, siendo una fuente de conocimiento para la investigación etnogeomorfológica. Así pues, concluimos que la lucha de las comunidades tradicionales por la cuestión agraria es, en definitiva, una lucha por el medio ambiente.

Palabras clave: cuestión agraria; resistencia; comunidades tradicionales.

INTRODUÇÃO

Quando se trata sobre a questão agrária, destaca-se pautas referentes ao planejamento e ordenamento do território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio do espaço geográficos e das relações de poderes, frente a suas manifestações culturais e simbólicas nos elementos constituídos nos ambientes físicos-naturais (HAESBAERT, 2006; FARIAS E RIBEIRO, 2019).

Para melhor elucidar essa temática, durante o contexto pandêmico da COVID-19, foi ofertado a disciplina de Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial, fornecido pelo PPGeo (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em parceria com a UFMA (Universidade Federal do Maranhão) no formato remoto, tendo como foco ouvir experiências dos povos tradicionais e sua contextualização no cenário atual. Em suma, a disciplina propôs uma discussão que tenta elucidar e compreender sobre o campesinato e a reprodução do modo de vida, através da agricultura familiar e suas resistências em prol de um desenvolvimento mais equilibrado a partir dos relatos e experiências compartilhadas pelos convidados.

Para tentar se apropriar de mais concepções relacionadas à geografia agrária, são apresentados alguns termos, que de forma recorrente são utilizados ao longo do trabalho, tais como: agricultura familiar, agricultura camponesa, cartografia social, território tradicional, entre outros. Como forma de usar em uma pesquisa de doutorado esses olhares agrários sobre a Etnogeomorfologia, foi ofertado durante o curso, uma bibliografia com textos e links de vídeos, em que se encontram disponibilizados na ementa da disciplina.

Em suma, os itens da ementa foram essenciais para melhor atender as demandas necessárias no contexto da disciplina em questão. Logo, no bojo de desenvolvimento no trabalho final, a disciplina propõe novas ideias a serem repensadas e discutidas nos anseios e bases da etnogeomorfologia, a partir das novas experiências em seus *locus* de vida e conhecimentos de mundo a partir dos territórios camponeses, apresentados pelos convidados durante o curso. O que por sua vez, trouxe um leque imensurável de visões sobre a questão agrária no contexto de América Latina, com destaque para o estado do Maranhão/Brasil.

Apesar de centralizar a maioria dos discursos nessa região do globo, a disciplina apresentou também realidades multifacetadas, que quando expostas em ambiente virtual, foram fundamentais para entender um pouco das realidades vividas por tais grupos e por aqueles que aparentemente podem ou têm realidades semelhantes em demais países Sul-americanos. É válido considerar que a presença de professores de outras universidades foi fundamental nos centros de discussão, o que possibilitou a ampliação de reflexões sobre a questão agrária no Brasil e o ordenamento territorial das pessoas em ambientes rurais em escala local e regional.

Dessarte, esse estudo tem como objetivo observar e documentar de maneira consistente os principais pontos elencados em cada dia de aula da disciplina, apreciando os preceitos basilares sobre os conhecimentos tradicionais, agricultura familiar, território camponês e suas resistências a partir dos convidados, na tentativa de auxiliar em pesquisas de natureza etnogeomorfológicas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para esse estudo, se desenvolveu com base no registro da observação, com procedimentos de anotações específicas e conceituais presente nas aulas (GIL, 2008), durante a disciplina de Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial, fornecido pelo PPGEIO (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em parceria com a UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

Neste trabalho, foram elencados os principais pontos das aulas, com suas respectivas ordens cronológicas, com nove encontros distribuídos entre os dias 06/09/2021 a 05/10/2021. Tendo em vista as dificuldades e limitações, devido às medidas de restrição sanitária decorrentes da pandemia global da Covid-19, não houve atividade presencial e de campo. Desse modo, as atividades se decorreram com encontros realizados de maneira virtual via *Google Meet* e tendo como avaliação, um relatório constando todos os encontros do curso, que por sua vez, resultou neste presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Principais impressões de discussão da disciplina em suas respectivas datas

De antemão, é apresentado as saudações aos colegas de turma, aos professores e aos membros e lideranças comunitárias que estiveram presentes durante as aulas da disciplina Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial em ambiente virtual.

Aula 1 – Campesinato e questão agrária – 06/09/2021

No primeiro dia de aula da disciplina Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial foram apresentadas duas perspectivas para apresentar o Campesinato e a Questão Agrária, sendo uma para uma vertente mais cartográfica e a segunda com apresentação de dados estatísticos, sobre a temática em questão.

Por tentar relacionar com a vertente etnogeomorfológica, foi considerado algumas colocações, em especial ao contexto cartográfico. A cartografia é fundamental para a interpretação do espaço geográfico, o que por sua vez auxilia na interpretação dos

fenômenos inseridos na perspectiva geossistêmica e humanística, e sua relação holística com a paisagem (FARIAS E RIBEIRO, 2019; FARIAS *et al.*, 2020).

Sendo assim, as considerações postuladas na aula foram essenciais na para relacionar ao campo das etnociências, com apresentação de mapas etnográficos, que em suma atrela a questão cultural a partir das formas de uso da terra, que por sua vez, tem a finalidade de defender e ressaltar a importância de terras, como é o caso de comunidade tradicionais como indígenas e quilombolas. Essa ótica, está inteiramente ligada aos desenvolvimentos de mapas participativos, em que os agricultores através de seus costumes e tradições apresenta uma representação do espaço geográfico a partir do conceito de lugar. Onde, está muito atrelado às experiências vividas e ao seu modo de vida, com trilhas, grades de orientação e entre outros elementos bióticos e abióticos inseridos na paisagem.

Logo, a primeira aula apresentou convicções por uma outra cartografia social, para um ordenamento territorial. Esse por sua vez, muito atrelado ao modo de vida e os costumes de comunidades tradicionais inseridos em ambientes rurais. Assim como, as resistências associadas pela luta e permanência da/na terra.

Para o segundo momento da disciplina, o que mais chamou atenção foi um quadro do texto denominado como “Cuando la agricultura familiar es campesina” de Fernandes (2013). Nesse ponto foi possível observar um quadro interessante que traça contribuições da agricultura camponesa em treze países da América Latina, com dados referente a participação das áreas das unidades territoriais da agricultura camponesa em relação ao total, áreas médias das unidades territoriais da agricultura camponesa, participação da agricultura camponesa no total de unidades territoriais, número de unidades territoriais de agricultura camponesa, participação na oferta de emprego e a participação no valor da produção.

A partir dessas informações, observa-se que o Brasil, quando comparado a outros países latinos americanos, possui quantidade significativa de número de unidades territoriais de agricultura camponesa. Todavia, quanto traz à tona reflexões acerca de sua dimensão territorial, fica um pouco a desejar esse quantitativo apresentado no texto e comparado com outros países.

Aula 2 – Grandes projetos e formas de resistência camponesa – 08/09/2021

No segundo dia de aula da disciplina, as convidadas Alzerina Montello – MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e Maria José – CPT (Comissão Pastoral da Terra), apresentou suas perspectivas frente a resistência do povo camponês e as relações com os grandes empreendimentos e megas projetos, que traz o famoso discurso do “desenvolvimento”. A partir dessa palavra em aspas, as convidadas instigam a nossa reflexão e nos faz pensar, da seguinte forma: desenvolvimento para quem? Desenvolvimento para quem?

A partir dessas duas perguntas que surgem na mente de muitos alunos, percebe-se que se tem uma grande resistência da comunidade diante ao acesso à terra e a permanência na terra. Uma vez que, de fato, não ocorre nenhum tipo de desenvolvimento social e sim, um crescimento econômico e selvagem nos mega projetos neoliberais.

Nesse sentido, diante de um espaço cartesiano, o capital tenta impor sua cartografia sobre as pessoas que ali vivem. Uma vez que, não se tem nenhum tipo de consenso em prol de um mapeamento participativo, junto a sociedade. As empresas, por sua vez, elaboram projetos para uma implementação de cima para baixo, sem olhar as territorialidades e as singularidades dos espaços vividos. Espaços esses, que os conceitos basilares da geografia como o de lugar e território se sobressai, para que assim, possamos entender a realidade desse povo camponês.

Aula 3 – Territórios camponeses e tradicionais - 20/09/2021

Para o terceiro dia, a contribuição que mais se destacou foi Anacleto Pires da Comunidade Quilombola de Santa Rosa dos Pretos no estado do Maranhão. Apesar de ser breve suas considerações, foi fundamental para entender um pouco da tessitura da dinâmica da comunidade tradicional.

Em meios as narrativas de uma área de conflito de terras, lutas e de modo de vida da comunidade em manter seus territórios tradicionais, de pessoas oriundas de ex-escravos, como também de alguns indígenas, suas resistências eram marcadas por suas práxis, através de tradições e festividades, onde permeiam desde suas culinárias e religiosidades dentro do próprio quilombo, para além do extrativismo vegetal do coco babaçu, como um modo de vida de respeito a terra e a natureza. Cujas raízes, promovem a conservação dos ambientes, em um sentido mútuo, onde opera a diversidade nos parâmetros de formas de resistências do coletivo em seus territórios (PAULINO, 2018).

Aula 4 – Campesinato e natureza: formas de organização e juventude – 21/09/2021

No quarto encontro da disciplina de Agricultura Familiar Camponesa e Ordenamento Territorial no dia 21 de setembro de 2021, foram convidados Ludovico do município de Lago do Junco, localizado no estado do Maranhão, e a prof^ª. Dr^a Roberta Maria Batista de Figueiredo Lima – UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e a prof^ª. Áurea Alves.

Inicialmente a prof^ª. Roberta Maria apresentou o seus pontos de apoio para iniciar a discussão com a obra “A globalização da natureza e a natureza da globalização” do autor Carlos Walter Porto -Gonçalves, com o capítulo “A fome e o meio ambiente”, assim como a obra “Camponeses e a arte de agricultura” de Van der Ploeg, com o capítulo “Camponeses e impérios alimentares”, além de sua própria tese de doutorado defendido na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) no ano de 2008, que ficou denominada como “Ações de resistência de famílias extrativistas no maranhão em face do uso industrial do carvão de coco babaçu por usinas de Ferro Gusa”.

A partir da perspectiva na relação entre campesinato e natureza em Porto-Gonçalves apresentado pela prof^ª Roberta, dar ênfase às reflexões sobre os povos indígenas, com a contribuição e manutenção das florestas, a centralidade da cultura e a importância da agricultura diversificadas nos ambientes físicos-naturais. Também, é interessante frisar a correlação existente entre agricultura e a expansão dos troncos linguísticos dos povos, como pautas de suas identidades. Em seguida foi apresentado uma reflexão a partir de Van der Ploeg, com o equilíbrio entre pessoas e natureza, que se constitui por meio de uma dimensão dialética.

No que diz respeito às formas de organização, foi apresentado a participação dos entrevistados das comunidades a partir das respectivas organizações e entidades como igrejas e associações de moradores e pequenos produtores. Em seguida foi apresentado um mapa com várias organizações como grupos, igrejas, associação de assentamentos, de moradores, de sindicato e entre outros elementos espaciais, além das representações nas formas de uso da terra como lagos e rios e áreas de ocorrência do Babaçu, tão importante para esses camponeses.

Logo depois, foi a vez da apresentação da Quebradeira de Coco-Babaçu e da prof^ª. Áurea Alves de Sousa, que expôs ponderações sobre o “Campesinato e Natureza: Formas

de organização e juventude”. Inicialmente se identificou e contemplou argumentos sobre seu território rural no estado do Maranhão.

Um dos seus argumentos teceu diante da memória do grupo jovens na comunidade, onde evidenciou uma forte influência com a igreja católica dentro do grupo, identificado como JOSECRI (Jovens em Cristo) que é mais relacionado a catequese; e foi evoluído para contemplar as necessidades do grupo e passou a ser chamado de JOBEL (Jovens Organizados em Busca de Educação e Liberdade). Dessarte, foram criados eventos esportivos como Campeonatos rurais futebol, realizado pelo GB (Grupo Base).

Seu relato sobre a origem das organizações, aconteceu pelo fato de as áreas de coleta do coco babaçu serem cercadas, e os membros da comunidade realizarem a coleta escondido. Desse a essa tensão em seu território, houve resistência para dar sustentação às famílias, o que por sua vez ocorreu assassinatos e prisões de trabalhadores, no qual, os mesmos tiveram suas casas derrubadas e passando fome e muita necessidade. Nesse sentido, deu início a luta pela terra e garantir a coleta do babaçu nas propriedades, no município Lado do Junco no estado do Maranhão.

Em todas essas organizações se tem muita contribuição e permanência da juventude no campo AJR (Associação de Jovens Rurais) como na ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão) –, AMTR (Associação de Mulheres Trabalhadores Rurais) e a COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas).

Dessa forma, são realizadas diversas ações para a permanência da juventude no campo como: Construir os grupos de estudos pela e para juventude do campo, Construir e executar a realização do fórum de jovens, Participar, junto com as organizações locais, de atos públicos e audiências públicas, Incidir diretamente na indicação da diretoria do conselho nacional de juventude, Realizar e participar de campanhas, Manifestação em prol da educação do campo, Fortalecimento das relações com instituições parceiras e acadêmicas/UFMA (Universidade Federal do Maranhão) e a Participação de feiras regionais, estaduais e nacionais.

A Áurea, inclusive apontou alguns desafios pontuais passado pela sua comunidade, tal como o apoio das lideranças locais, rotatividades de jovens nos grupos, nivelamento da concepção das idéias, êxodo e por fim, o problema da oportunidade para

formação específica de graduação na juventude do grupo, em prol da relação ciência e juventude.

Sabendo que se é um problema crônico na sociedade brasileira e latino américa com um todo, e principalmente aquelas que vivem em ambientes rurais de comunidades tradicionais, que ao se observar as oportunidades, os mesmos estão às margens da sociedade. Nesse sentido, é preciso garantir que as políticas de educação sejam efetivadas com escolas mais dignas, transporte escolar, merenda escolar de qualidade e respeito ao modo de vida dos camponeses. Além disso, acesso à internet, arte, cultura e lazer (biblioteca, quadras, praças, academias ao ar livre), lugares para práticas agroecologia e a garantia dos direitos e inclusão de diversas orientações LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades).

Contudo, o principal ponto que a Áurea falou foi que ser quebradeira de coco babaçu não é ser atrasado, mas sim, é uma tradição. É uma perspectiva de luta de caráter ambiental, onde sua identidade transcende da conservação dos ambientes físico-naturais, para uma totalidade do espaço geográfico e dos atores que neles habitam (RÊGO E ANDRADE, 2006).

Aula 5 – Geografia dos Povos Indígenas - 22/09/2021

No dia 22 de setembro de 2021, foram convidados o Lucca Muypurá – Povo Anapuru Muypurá (Brejo)/UNEB (Universidade do Estado da Bahia), o Hemerson Herbet de Sousa Pereira – CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e o Prof. Dr. Avelar Araújo Santos Junior – UFAL (Universidade Federal de Alagoas). Para iniciar o dia, foi exibido pelo prof. Avelar Junior uma apresentação que apontou diversas “Abordagens Geográficas sobre a questão indígena no Brasil”, com temas a serem discutidos em seminários, dentre eles as Territorialidades Indígenas, a Legislação/ Políticas públicas, o Processos de Territorialização (Geo-histórica) e a Questão Agrária. Sua presença na disciplina visou em linhas gerais atualizar os estudos indígenas na vertente da geografia, elaborar análises geo-históricas da luta pela/ na terra pela formação histórica e regional do Brasil. Inclusive, foi apontado a tentativa de compreender o movimento no tempo e no espaço das forças antagônicas/dialéticas de resistência e de dominação na formação

social e territorial do Brasil, para além das (re)existências indígenas nos territórios tradicionais.

Em função da formação territorial do Brasil na relação entre terra-território-senhorio político, no qual resulta a estrutura social vigente, a questão indígena passou e até hoje passa por diversas contradições principalmente no processo de regularização de terras como direito e acesso às políticas públicas.

As tipologias de grupos tradicionais como os indígenas, acampamentos, assentados, quilombolas, fundo e fecho de pasto, pescadores artesanais e entre outro, no geral eles tratam a questão agrária na perspectiva da dimensão territorial, ou seja, se tem como pauta a luta histórica pelo território, contestando frente a frente com o estado e ao setor do capital agroexportador. Desse modo, um dos pontos que mais marcou foi notar que dentro da questão agrária, temos um subtema da questão ambiental como os elementos da geodiversidade e o espaço geográfico como totalidade, ou por outras palavras, o resultado de toda luta e resistência de modo direto ou indireto, estará ligado a permanência dos ambientes físicos-naturais.

É válido destacar que, cerca de 40% das terras indígenas ainda não foram registradas e os estudos nessas comunidades fortalecem a permanência na terra, ou seja, é uma resistência. Nos últimos anos tem um crescimento expressivo do conflito no campo com vítimas de assassinatos, assim como um elevado índice de suicídio¹, onde o estado do Mato Grosso do Sul é o estado com o maior índice do país.

Um importante ponto que foi elencado foi o mapeamento participativo ou etnomapeamento dos povos indígenas, onde mostra a partir de mapas mentais a espacialização do seu lugar de vivência. Essa temática, está inteiramente ligada com meu objeto de estudo, o que por sua vez, esses mapeamentos resultam como um produto de resistência e que denota a contínua necessidade de reafirmação das identidades dos povos indígenas.

O prof. Avelar indicou desafios de pensar pesquisas vindouras no campo da geografia, que diante da atual conjuntura como o acirramento das contradições, a ciência e a universidade são como espaços de luta e de organização social para a questão indígena e das comunidades tradicionais em sua totalidade. A lembrar, que um grande problema é

¹ Esses suicídios acontecem mais com os jovens presentes na comunidade.

precarização e sucateamento de órgãos de apoio/ fiscalizadores como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), além disto é de ser levado em consideração a extinção de várias políticas públicas voltado para esses povos, a não conclusão dos procedimentos de demarcação e a pauperização dos povos indígenas. De certo modo, esses desafios resultam em frente de lutas, especialmente a partir de jovens e mulheres indígenas.

Logo depois, o segundo convidado, o Lucca Muypurá do Povo Anapuru Muypurá (Brejo)/UNEB (Universidade do Estado da Bahia), iniciou a sua apresentação com uma canção indígena de sua comunidade e saudando toda a sua ancestralidade. Nesse início da sua apresentação, foi possível perceber um “*input* de energia” em pleno ambiente virtual da disciplina.

Segundo ele, após os anos de 1500 a retomada do território é constante e a resistência é através do plantio, das sementes. Em outros termos, a sua resistência se constitui através das memórias, saberes-fazeres que estão presentes na comunidade. Da mesma forma, o Lucca Muypurá criticou diante da classificação dos povos com a terminologia de “*PARDOS*”, para ele esses pardos são descendentes e povos indígenas silenciados. E isso é um fato, pois o Brasil é um país totalmente miscigenado, principalmente com os povos indígenas e os africanos, que realizando um recorte espacial para a zona da mata do estado de Pernambuco, foi marcado fortemente pelo trabalho escravo nos engenhos de cana-de-açúcar.

Dando ênfase aos etnosaberes, segundo o Lucca Muypurá a relação de território e lugar é totalmente intrínseco a partir da *práxis*, como exemplo o caminho de com o pé de caju, planta uma castanha e quando crescer tem um pé de caju, o que vai virar um caminho de alimento. Esse processo advém de uma grade de orientação, que concerne a mapas mentais ou uma visão holística dos ambientes físicos-naturais da comunidade.

Para finalizar a aula o convidado do dia, o Hemerson Pereira – CIMI (Conselho Indigenista Missionário), teceu suas contribuições, mais voltado para o aspecto político atual, que possui a ideia de continuação da colonialidade com um integracionismo constante dos povos indígenas a partir de atos de violência contra a esses grupos. Nesse sentido, o Hemerson alegou que luta contra esse modelo de desenvolvimento e de

sociedade. Pois, pertencer em comunidades tradicionais é manter os costumes em seus espaços vividos.

Aula 6 – Formas camponesas de produção e a fronteira do agronegócio – 27/09/2021

No que diz respeito à aula do dia 27 de setembro de 2021, o prof. Sávio iniciou com um debate com os alunos presentes em sala de aula virtual. Sendo assim, diversos alunos deram as suas considerações com a perspectiva dos seus trabalhos vigentes (dissertação e tese), principalmente aqueles que estão matriculados como discente de pós-graduação. Assim, apresentei algumas colocações sobre a vertente da geografia física, denominado de etnogeomorfológica, onde o mesmo permeia no bojo das humanidades como método de procedimento e no campo geossistêmico como método de abordagem (FARIAS E RIBEIRO, 2019; FARIAS *et al.*, 2020).

Desse modo, ao longo dos estudos apresentados, é notado que a presença de jovens e principalmente das mulheres é muito forte nas comunidades tradicionais e que através dos seus conhecimentos tradicionais, percebe-se que suas classificações totalizadoras dos lugares e dos elementos físicos-naturais inseridos na paisagem. Pois para tanto, suas nomenclaturas também é um ato de pura resistência.

Foi atribuído também, reflexões sobre a questão negra do Brasil e o caso da presença negra no estado do Maranhão, no qual é muito forte. Em resposta disso, é possível perceber a relação do seu diálogo com as aulas passadas, em que tudo está conectado com a presença de lideranças locais de comunidades rurais tradicionais neste estado repleto de problemas e problemáticas sociais e físico-ambientais. Visto que a funcionalidade dos camponeses são apenas bolsões de mão de obra barata. O que por sua vez, resulta na pauperização dos trabalhadores do município de Balsas com a agropecuária dos produtores de soja.

Desse modo, a crítica sobre a questão da violência dos pecuaristas com as comunidades tradicionais é um fato. Esses grandes produtores do agronegócio, cortavam os membros de animais de agricultores familiares que invadiam suas terras. E essa mesma prática executavam com o decepamento de mão dos agricultores familiares.

Contudo, para fechar essa aula uma citação da tese de doutorado do prof^º. Sávio marcou de forma significativa o momento da “frase de entrada de entrevista da Revista

Carta Capital com um maranhense que foi escravizado”, em que diz “Onde homens valem menos que bois” (RODRIGUES, 2013, p. 38).

Aula 7 – Exploração do trabalho e a questão agrária – 28/09/2021

No dia seguinte, foram convidados a Linalva Cunha Cardoso Silva – CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel – UEPA (Universidade do Estado do Pará). Inicialmente a Linalva – CPT (Comissão Pastoral da Terra) realizou uma breve apresentação, denominado como experiência e organização de vivências por ela. Com perguntas do tipo: “Quem sou eu? Linalva Cunha, natural do estado do Piauí, é uma militante e feminista, é agente pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mora no maranhão a 21 anos, é licenciada em história e mestre em Nova Cartografia Social e Política da Amazonia/UEMA (Universidade Estadual do Maranhão)”.

Um dos pontos chaves de sua apresentação, foi o evidenciar o objetivo geral da CPT, que estaria voltado para o combate ao trabalho escravo e da migração forçada nos municípios de Codó e Timbiras/MA. Além disso, alegou que os povos e comunidades tradicionais ameaçadas de sua região, é fortemente perseguido e violentado em função dos conflitos socioambientais. Como forma de combate a esses problemas criaram a RAICE (Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão) nos municípios de Codó e Timbiras, ambos do estado do Maranhão e ligado ao extrativismo primário das catadoras do coco babaçu. Para atender a esse objetivo, organizou e articulou a rede de moradores com formações permanente da RAICE (reunião, seminários, oficinas, croquis, encontros como o da juventude, assembleias e entre outras atividades), mobilização, atendimento e assistências para resgatar os grupos comunitários mais vulneráveis.

Logo depois, o prof. Fabiano Brigel, tratou sobre a “Permanência da fronteira e do trabalho escravo latino américa”. Sua apresentação perpassou por dois momentos. O primeiro momento foi uma perspectiva mais histórica, em que evidenciou a diferença de abordagem pelo antropólogo (frente de expansão) e pelo geógrafo (frente de pioneiro).

Sendo assim, o em sua explanação considerou que o capitalismo a partir do olhar voltado para a disciplina, no contexto Brasil e América Latina se inicia com o processo

migratório com as entradas para os interiores, com a implementação de vilas e consequentemente as formas de uso da terra com as práticas agropecuárias. Também, o prof. Fabiano trouxe duas vertentes de pensamento e possibilitou uma melhor contextualização da aula. Uma com José de Souza Martins, que pensa o campesinato como um sujeito estranho à lógica do capital e outro com Otávio Guilherme Velho, que contrapõe o José de Souza Martins, ponderando que o campesinato faz parte da lógica do capitalismo, ou seja, para se ter o capitalismo nesse atual cenário econômico é preciso ter o campesinato.

Em um segundo momento, o prof. Fabiano ponderou uma perspectiva mais política. A partir desse momento teceu mais críticas. E uma delas foi que, independentemente do governo, sendo aquele mais progressista como os governos Lula e Dilma, até os mais conservadores de direita como o governo do Bolsonaro, em ambos é notado que ficam ligados diante de uma linha tênue. Linha essa que, se destaca a perspectiva a serviço do capital, muitas vezes não respeitando os espaços físicos-naturais, os agrários e o modo de vida das comunidades tradicionais.

Por fim, o prof. Sávio, membro do corpo docente da disciplina, argumentou de forma bastante pertinente sobre uma leitura das fronteiras do capitalismo, em que está diretamente ligado ao trabalho escravo no Brasil, especialmente em lugares como o estado do Pará e principalmente do Maranhão. Nesses lugares se tem uma taxa de analfabetismo acentuada, quando se é comparado com os outros estados do país. O que por sua vez, torna o Brasil como um país arcaico com a permanência do trabalho escravo em pleno século XXI.

Aula 8 – Organização e autonomia dos povos do campo – 04/10/2021

Para a aula no dia 04/10/2021 tivemos a presença dos (as) convidados (as) Lenora Rodrigues – CPT (Comissão Pastoral da Terra), Leandro Dos Santos – Território Quilombola de Cocalinho/MA e o Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar – UFC (Universidade Federal do Ceará). Inicialmente, Leandro apresentou uma breve consideração a respeito de sua realidade como morador pertencente ao Território Quilombola de Cocalinho. Segundo ele, o seu território é marcado por uma história de

formação centenária, originada desde de 1916. Seu lugar é marcado por tradições e ancestralidades repassadas entre os membros ao longo das gerações. Todavia, com o passar dos anos, sua comunidade foi bastante impactada pelo capitalismo selvagem, no qual destaca-se atividades ligadas ao agronegócio, como produtores de soja, eucalipto, milho, feijão e entre outros tipos de cultivares em larga escala, sendo denominado como *plantation*.

Esse modelo econômico vigente nas áreas adjacentes da comunidade vem ocasionando sérios problemas de cunho socioambientais, onde foi ressaltado o uso de agrotóxico de forma cada vez mais extensiva, em que vem avançando na comunidade e envenenando a água de mananciais, rios e do o solo, o que conseqüentemente também ocorre a poluição das águas subsuperficiais. E a consequência disso é: “o povo adoecendo”. Na medida em que se tem contato direto pelo ar, pela água e nos alimentos que consomem. Em contrapartida a esse problema vivenciado por eles, se tem uma luta intensa, que é marcada por suas tradições como forma de resistência, através do trabalho coletivo em todas atividades agropastoris da comunidade.

Em seguida, Lenora trouxe suas contribuições bastante plausíveis, na medida em que ela sempre quis estudar geografia, com a perspectiva de “querer mudar o mundo” e hoje, ela encontrou a geografia como uma ciência que está imbricada com o sentido do território e da ancestralidade. Foi nesse momento, em que a Lenora tentou buscar a suas origens com perguntas muito simples e importante para o seu entendimento como pessoa, perguntas como: de onde eu venho? E quem eu sou?

Sabendo a resposta dessas duas perguntas, a Lenora tomou consigo a sua identidade e percebeu algumas configurações espaciais, que não condizem com o sentido comunitário como o modo vida. Logo, foi apresentado crítica referente ao sentido das múltiplas facetas “desenvolvimentista” empregado por governos no estado do Maranhão, e as formas de operacionalização no contexto de uso da terra, em processos violentos com retiradas das famílias e nos aspectos tenebrosos de ocupação da terra, que por sua vez, destruir a identidade das pessoas e o território no seu sentido mais *stricto sensu* da palavra, com o discurso sobre trazer o “desenvolvimento”, ou seja, é pelo desenvolvimento. Ameaçando a autonomia territorial da comunidade devida à presença das empresas e fazendeiros, ocasionando o fortalecimento do capital com a ausência do estado e/ou a sua presença, através dos aparatos de capitais políticos e econômicos.

O Geógrafo Amaro Alencar iniciou com cantando uma rima regional cantou uma rima do Poeta Patativa do Assaré, para contextualizar e fundamentar melhor seus argumentos na formação territorial do Ceará. O professor fez um resgate histórico, que explicar principalmente a questão do preconceito aos ciganos, indígenas, quilombolas e entre outros povos tradicionais. Foi mencionada a perseguição e a perda da terra que esses povos enfrentam, gerando uma negação com essas pessoas e sempre associando como algo ruim, principalmente com os ciganos.

Aula 9 – Produção da agroecologia e as formas de (re) existência camponesa – 05/10/2021

No dia 05 de setembro de 2021, tivemos como convidada a Prof^a Dr^a Mônica Cox – UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) para expor seus entendimentos e experiências diante da temática abordada nessa respectiva data. Inicialmente foi apresentado um vídeo denominado como “Horta no RJ (Rio de Janeiro) é exemplo de ocupação da cidade pela agricultura”, que a partir dessa apresentação e suas reflexões, percebeu-se a importância de tratar de outras abordagens para além da disciplina, como a segurança alimentar e o direito à cidade/terra. Assim, esse ponto marcou profundamente a relevância e a necessidade de oferecer o apoio e subsídio para essas pessoas que produzem.

A partir de suas experiências vividas como acadêmica no Vale do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro com seu doutoramento e em Pernambuco como docente da UFPE, esse segundo até os dias atuais, onde trabalha na tríade universitária com o ensino, na extensão nos assentamentos de reforma agrária e de agricultura familiar no semiárido do Estado de Pernambuco, além da pesquisa que caminha em uma tecitura da agroecológica como uma disciplina na UFPE que conversam com outros cursos para além da geografia.

Com o surgimento de espaços agroecológicos, o agreste pernambucano ganha espaço com as estratégias de produção sustentável, o que por sua vez, tem uma marcante resistência cultural e alimentar da comercialização de produtos agroecológicos de iniciativa popular. Destacando-se como uma forma alternativa de produção de alimentos sustentável e mantendo suas identidades e percepções com a natureza, que por outro lado

é uma desconstrução dos moldes de mercados tradicionais nas cidades brasileiras, em especial no Recife (BRAZ E PEREIRA, 2019).

Nesse sentido, a relação dos povos com a sua natureza e ancestralidade, são pontos cruciais para poder entender os etnoconhecimentos e suas vertentes, como a Etnogeomorfologia e a Etnopedologia (FARIAS E RIBEIRO, 2019; FARIAS *et al.*, 2020), pois tais saberes é uma forma de (re) existência do território na luta contra o agronegócio e os saberes hegemônicos vigentes oriundos capital.

Atividades de implementação de feiras agroecológicas são experiências para o consumo de alimentos sustentáveis e a distribuição de sementes crioulas, resultando no fortalecimento da identidade das comunidades (BRAZ E PEREIRA, 2019). O paradigma convencional do conhecimento ocidental dispõe de ferramentas legais em nome do “desenvolvimento”, que o capital sempre trabalha na perspectiva de destruir um lugar, para repor em outro, muitas vezes totalmente diferente dos aspectos naturais *in situ*. Assim, desconstruir esse paradigma a partir da lógica das comunidades tradicionais, é determinante se opor ao paradigma vigente.

É válido considerar que toda questão agrária é uma questão ambiental, pois apenas a questão agrária não consegue evidenciar toda totalidade dos problemas espaciais que estão em curso. Nesse sentido, percebe-se que a questão ambiental e a questão agrária estão totalmente imbricadas para promover um desenvolvimento mais equilibrado entre as pessoas e a natureza, pois destaca-se que as pessoas também são “natureza”. Isso é percebido na passagem em que a prof^a. Mônica alega que com povo Xukuru, os alimentos coletados não são apenas alimentos, mas sim como cuidados. Cuidados com as crenças, ancestralidades, com a vida!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anseios de uma nova proposta de ensino, para uma disciplina de pós-graduação, trazer para a aula realidades vividas por aqueles que moram na terra e lutam pela terra, foi fundamental para entender o contexto de formação territorial de um setor da região nordeste, mas que se aplica e/ou se assemelha, pelas diversas configurações no

bojo de luta e resistência das comunidades tradicionais, em outros países latinos americanos.

Ouvir diferentes formas de visões de mundo e contextualizar suas percepções, a partir da questão agrária, foi fundamental para compreender de forma mais complexa os modos de vida para e com a natureza, que por outro lado é uma base essencial para estudos de abordagens humanísticas e com procedimentos geossistêmicos, resultado nas análises etnogeomorfológicas, como mais uma ferramenta de pesquisa para essas comunidades, identidades a partir de suas percepções e (re) existência (FARIAS *et al.*, 2020).

A experiência em ambiente virtual, fez aproximar diversos povos, diversas línguas e diversas culturas. Ou seja, apesar de distante no sentido cartográfico e espacial, mas todos conectados em redes geográficas, nas tessituras de discussões e problemáticas da agricultura familiar camponesa e ordenamento territorial na região nordeste e nos países latinos americanos que, partilham realidades semelhantes. Logo, na tentativa de resumir a disciplina de pós-graduação, é de se levar em consideração que, em poucas palavras, se constatou que a luta da questão agrária das comunidades em suma é uma luta ambiental, uma luta pela vida das pessoas.

1. REFERÊNCIAS

BRAZ, M. I.; PEREIRA, M. C. B. Espaço agroecológico e comercialização: experiências pioneiras no estado de Pernambuco. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, [S.L.], v. 14, n. 33, p. 257-268, 2019.

FARIAS, P. L. C.; CORREA, A. C. B.; RIBEIRO, S. C. História do pensamento da Etnogeomorfologia no Brasil: uma análise da origem do conceito e possíveis aplicações. **Revista Entre-Lugar**, v. 11, p. 14-39, 2020.

FARIAS, P. L. C.; RIBEIRO, S. C. Percepção ambiental das comunidades tradicionais a partir do uso da terra: uma visão etnogeomorfológica. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária - SINGA, 9, 2019, Recife. **Anais...** Recife, p. 1518- 1529, 2019.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. **In:** Seminario Internacional “¿Por qué y cómo apoyar las agriculturas campesinas en América Latina?”. La Paz, oct. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 26, n. 1, p. 117-124, 2006.

PAULINO, E. T. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 199-211, 2008.

RÊGO, J. L.; ANDRADE, M. P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no maranhão. **Agrária**, São Paulo, v. , n. 3, p. 47-57, 2006.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. 2013. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

Paulo Lucas Cândido de Farias

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6729-6780>

Email: paulolucas0407@gmail.com

Artigo recebido em 18/04/2022 e aceito em 30/04/2022